

FORM NO. 51-61
MAY 1949

CLASSIFICATION **CONFIDENTIAL**

CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY

INFORMATION REPORT

REPORT NO. [REDACTED]

CD NO. 25X1A

DATE DISTR. 3 Jan. 1950

NO. OF PAGES 1

NO. OF ENCLS. 11
(LISTED BELOW)

SUPPLEMENT TO REPORT NO.

COUNTRY Portugal

SUBJECT Clandestine Publications

CPYRGHT

PLACE ACQUIRED [REDACTED] 25X1A

DATE OF INFO See below

25X1X

THIS DOCUMENT CONTAINS INFORMATION AFFECTING THE NATIONAL DEFENSE OF THE UNITED STATES WITHIN THE MEANING OF THE ESPIONAGE ACT 50 U.S.C. 31 AND 32 AS AMENDED. ITS TRANSMISSION OR THE REVELATION OF ITS CONTENTS IN ANY MANNER TO AN UNAUTHORIZED PERSON IS PROHIBITED BY LAW. REPRODUCTION OF THIS FORM IS PROHIBITED.

THIS IS UNEVALUATED INFORMATION
* Documentary

SOURCE

Attached herewith, for your retention, are the following clandestine publications:

- A. A BATALHA, dated November 1949, and issued by the Confederacao Geral do Trabalho (CGT)*.
- B. AVANTE for the first half of November 1949.
- C. Clandestine circular, addressed to all the militant organizations, which is dated September 1949 and signed by the Administration of the Lisbon Regional Organization of the Portuguese Communist Party (PCP).
- D. Clandestine sheet, issued by the Secretariat of the Central Committee of the PCP, and dated November 1949.
- E. Clandestine sheet, dated 11 October 1949, addressed to the Civil Governor of Oporto, and signed by Ruy Luis GOMES, leader of the Movimento Nacional Democratico (MND) in Oporto.
- F. Clandestine sheet, dated 10 October 1949, and signed by the members of the Central Committee of the MND.
- G. Bulletin of the Lisbon District Committee of the Movimento de Unidade Democratica (MUD) Youth.
- H. Circular No. 26 addressed to the MUD Youth Committees, issued by the Central Committee of the MUD, dated August 1949.
- I. Clandestine sheet issued by the Joint Professional Executive Committee of the Lisbon District of the MND.
- J. Bulletin of the Women's Group of the MND, issued by the Central Committee of the MND, dated September 1949.
- K. Clandestine sheet issued by the Oporto District Committee of the MND.

*According to [REDACTED] the CGT, an anarcho-syndicalist organization, has a few adherents who are for the most part in the industrial centers of the Ribatejo. As a political force the CGT has been considered non-existent by the police for many years, but it continues to issue its bulletin.

25X1A

CLASSIFICATION **CONFIDENTIAL**

ILLEGIB

Approved For Release 2002/01/16 : CIA-RDP83-00415R004000150003-7

Approved For Release 2002/01/16 : CIA-RDP83-00415R004000150003-7

A BATALHA

Órgão da Confederação Geral do Trabalho - Adesão à A. L. T.

Trabalhadores há
por obra dos pr
prios Trabalhadores

ANO XXXI - PREÇO 50 cont.

PORTUGAL - NOVEMBRO DE 1949

SERIE V - NUMERO 20

O auxílio « democrático » que muitos anti-fascistas ingenuos e comodistas esperavam que viesse do exterior, colados nas demagógicas promessas dos Grandes dirigentes da última matança mundial, desfizeram-se como balões sabão. O povo português está hoje, como esteve sempre, entregue a si mesmo. Só pelo seu próprio esforço se liberta do regime totalitário que o oprime e saqueia com vezania maldade, e o reduziu a zero no concerto dos povos civilizados.

O salazarismo que se impôs ao país pelo terror e pela violência organizada só pela violência revolucionária pode ser banido. Não há outro meio que consiga arrancar-nos do pantano clerical-fascista em que nos meteu a Ditadura desde a traiçoeira militarada do 28 de Maio. Isto o sabem inclusive aqueles que, em nome de falseados princípios, dizem confiar ainda na papeleta eleitoral! Nenhum princípio moral, jurídico, -ou mesmo político-, pode negar ao Povo português o direito à revolta, e de pela força destruir um sistema que há duas décadas, contra todos os princípios Direito e de humanidade, o mantém submetido pelo terror das suas milicias mercenárias.

O que falta é decisão, tempera de combatente, constancia organizadora, e mais, - muito mais! - coerencia idealista nos que pela sua bagagem intelectual compreendem plenamente este dictado histórico.

No povo que trabalha e sofre terá o anti-fascismo português o seu melhor aliado se as afirmações teóricas e os « p nos » traçados no ambiente morno dos Cafés forem substituídos por uma estratégia revolucionária prática que acudite perante ele o potencial da nossa capacidade combatente e o grau de sinceridade que a todos anima.

A Confederação Geral do Trabalho permanece alerta no seu posto de luta, e os seus militantes dispostos aos maiores sacrifícios para que triunfe a Razão e o Direito sobre o Fanatismo e a Arbitrariedade.

A Ditadura e os Trabalhadores Verdades que escapam

Da norte a sul do país atravessa-se uma crise de trabalho, sem exagero assustadora, vendo-se desambular milhares de trabalhadores de todas as indústrias e profissões em busca de trabalho que não encontram. É simplesmente desesperante a situação de fome e miséria que avassala a classe trabalhadora, sem que os homens da Ditadura e as classes privilegiadas que a aplacam algo façam que ao menos a este vontade em solucionar problema tão grave. O que verificamos e que aos homens que dominam a situação apenas se preocupa a conservação do poder e impedir por processos repressivos o protesto ou a revolta dessa legião de miseráveis que, por si só, constitui o escárnio e a vergonha dum povo, e em última análise, a condenação pura e simples dum sistema.

Sobra-nos motivos para dizer que a ditadura não interessa a solução da crise de trabalho nem de tantos outros problemas do viver do nosso povo, resumindo-se todas as suas apreensões em reforçar a sua defesa, aumentando para isso os já excessivos quadros da guarda republicana e das polícias de ordem varia, como se na verdade a vida de todo um povo estivesse exclusivamente dependente do problema de « ordem pública ».

Desta situação sabe a classe patronal tirar o máximo proveito, pois nada mais fácil que especular com a fome e a miséria dessa legião de famintos, assistindo-se diariamente dum extremo ao outro do país a parafusarias e infamias impunemente praticadas na pessoa dessa pobre gente que se curva e se rende à prepotência dos que não só contam com os recursos do seu poder económico como também com o auxílio é protecção da « força pública », exclusivamente posta ao serviço de todos os que oprimem e exploram o povo que trabalha. Já mais que uma vez temos accep-

tado o que representa para o nosso povo o regime clerical-fascista que há tantos anos sofremos. Misericórdia os estragos mais se acentuam, onde mais evidente são os estragos moral e socialmente ocasionados pela Ditadura, é precisamente nas relações entre patrões e operários. Em qualquer local de trabalho se pode observar como predomina o espirito repressivo, como desde os simples encarregados a mestre e patrões se respira um ambiente de verdadeira tirania, não restando ao operário, simples empregado ou funcionário, mais que suportar em silêncio tudo que se lhes queira impor, num clima quasi que se pode dizer de verdadeira escavatura. E ai dos que protestam, dos que não se sujeitam, resignadamente, à exploração e opressão exercida pela classe patronal ou pelos seus representantes ou defensores!

Diz o adágio « que quando não há força os direitos se perdem », e nada mais certo e nunca como hoje os trabalhadores portugueses o sentem. Só os trabalhadores fortemente organizados e revolucionariamente integrados nos princípios de luta directa e activa contra o capitalismo e o Estado poderão modificar a actual situação de fome e despotismo.

A nomeação do sanguinário tirano do povo espanhol como « tenente-general » do exercito e seu « doutoramento » em Coimbra; as louradas e paradas militares espalhafatosas; os banquetes sumptuosos e as recepções de gala em sua honra; a mobilização total, em pé de guerra, da Legião da Guarda Republicana, da Polícia e « bufarias », e a paralização total obrigatória do trafego nas ruas por onde passaria o tigre bandido, pôs definitivamente de manifesto o character autenticamente reaccionario e fascista do Estado Novo.

UM POLICIA QUE « TEM CORAÇÃO » MAS QUE O DEIXA PENDURADO NO CABIDE

Par ocasião da homenagem que lhe foi ultimamente prestada, o tristemente celebre Chefe de P. L. D. E., capitão Agostinho Laurence, declarou, entre outras coisas, que « também tinha coração » mas que costumava deixá-lo pendurado no cabide quando entrava para o seu gabinete policial.

A comissão, embora artificial, visto que ninguém pode pendurar aquilo que não possui, vale pelas conclusões que dele se podem tirar.

É que pôr o coração de parte, significa quebrar violentamente todos os laços de solidariedade que nos prendem ao nosso semelhante; é tornar-nos capazes de todas as canalhices e atrocidades, e ficar indiferentes perante as suas consequências.

Isto está claro, já não sabemos de há muito que existia na policia, porque é do conhecimento público a maneira como são maltratados presos indefesos, a ponto de muitos sucumbirem. Como são abandonados às intempéries e à dor-

anos os deportados do Campo de M do Tarrat, é como é « chada com » luta indiferença a sorte das famílias de muitas vezes há eriancinhas cujos são encarcerados, simplesmente, por zere uma verdade ou por pedirem paz.

Quem tem coração eles cometem sistam a tentarem crimes, já nós e nos, repetimos, mas o que nos registrar é que o confessam publicas quando, ao mesmo tempo a simp católico-governamental, se não can defender os « direitos da pessoa hum e da moral cristã », e ataca as « que osusarem condener e Primas Hungria a qu- por detrás da « Ce do Ferro » reduzem o povo a mais asravido ».

Estes, evidentemente, que tal podem responder, imitando o ex Agostinho Laurence, que quando e nos seus gabinetes da T. E. C. e Gestapó, deixam o coração... p rado no cabide!

SOLIDARIEDADE, CAMARADAS!

Os precureores das ideias que nos servem de lábero em luta de todos os dias, foram unanimes em reconhecer que a Solidariedade era uma das armas mais eficientes que, munjeada com pericia, traz as melhores consequências para a finalidade por nós almejada. O idealista que se sente amparado pela solidariedade que a consciencia faz despertar na mente dos trabalhadores jamais desanima na luta contra o inhumano capitalismo.

Para nós, anarquistas, a solidariedade deve merecer a mais alta consideração, porque ao praticá-la contribuímos enormemente para o progresso das nossas ideias.

Com este arazoado não temos a pretensão de ter descoberto a pólvora, mas sim advertir os camaradas, que as ideias têm dado o melhor da sua vida, que a continuar esta criminoza indiferença solidaria se teremos que nos arrependos

dessa soada albeamento. Com que essa rememoramos épocas passadas rante as quais havia uma tal proficacões solidarias que muito porto, e a deubar do « machú » pelo qual ta tão nobres-idealistas deera a sua ».

Se examinarmos o panorama que nos oferecem outros povos e o pararmos com o nosso firmarmos e cidos ante tambem a « cufecia de act lidarica ». Parece que as consciencias totalmente avassaladas pelas incr ondas de baixos interesses, e que d nada se quer saber! ... ».

Podem isto continuar? A re cabe, aps que tem por dever, dad compreensão e rapidez, de dar e plo é actual juventude para esse l assecada a responsabilidade de te do os causadores desta lamentav eção.

É com profundo respeito que

A U.R.S.S. BALUARTE INVENCIVEL DA DEMOCRACIA E DA PAZ

Os Operários, Camponeses e intelectuais progressivos de Portugal e de todos os países do mundo saúdam o Camarada Stáline, o Partido Bolchevique e os Povos da União Soviética, pelo 32º Aniversário da Grande Revolução Socialista!

No dia 7 de Novembro os povos da grande União Soviética festejaram alegremente mais uma aniversário da Grande Revolução Socialista de Outubro. Há 32 anos que os operários e camponeses russos, guiados pelo Partido Comunista Bolchevique, sob a direcção genial de Lénine e Stáline, derrubaram para sempre o governo czarista, e com a insurreicção de Petrogrado iniciaram a construção de um novo mundo.

A Grande Revolução Socialista de Outubro teve para sempre, numa sexta-feira, uma data no mundo, a exploração do homem pelo homem, libertou a humanidade das cadeias do capitalismo, e deu aos operários, camponeses e intelectuais possibilidades limitadas para a elevação do seu nível de vida e da sua cultura.

VI-FÉRIE Nº. 142 1ª QUINZENA DE NOVEMBRO DE 1949 PREÇO 500

Proclamarão de todos os países: UNI-VOS!

Avante!

ÓRGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

MANIFESTO DO SECRETARIO DO PARTIDO

AO POVO PORTUGUÊS

No decorrer das eleições de Novembro de 1945 e de Fevereiro de 1949 o Partido Comunista apontou aos democratas portugueses o único caminho sério a seguir que se lhes oferecia, ou o acto eleitoral se revestia das características de liberdade, seriedade e independência exigidas pela Oposição democrática, e então esta concorria às eleições, ou não eram conquistadas essas condições, e então a Oposição absteinha-se de votar. Este foi o caminho que a Oposição democrática seguiu no decorrer dessas duas campanhas eleitorais, desmascarando o governo fascista perante o povo português e perante o estrangeiro, e defendendo por terra os planos fascistas. A linha seguida pelo Partido Comunista e pela Oposição foi uma linha justa e correspondeu ao sentir do nosso povo.

Perante as próximas eleições para deputado, a linha do Partido Comunista Português mantém-se fiel à orientação seguida pelos democratas portugueses, pois não se modificou para melhor. ANTES SE AGRAVOU, a acção do governo para com a Oposição democrática. A nova lei eleitoral fascista, retirou toda a liberdade, seriedade e independência ao futuro acto eleitoral. Praticamente, a acção pelos governadores e candidatos fascistas dos candidatos a deputados, passa a ser uma escolha feita pelo próprio governo. Os 200 assentos os fascistas e os oportunistas, inimigos e traidores da causa do povo. Além disso, continuam a ser unicamente os fascistas que trabalham e compõem as mesas eleitorais, controlam as urnas e fazem os apuramentos finais. O caminho para todas as burras e violências está legalizado pela nova lei.

A nova lei eleitoral veio provar que não foram concedidas à Oposição um mínimo que fosse de garantias, visto que o reconhecimento não foi revisto, que não se dá o direito de fiscalização efectiva por parte da Oposição, e que não se concede liberdade de organização e de agitação às forças democráticas!

O adiamento das eleições para as Juntas de Freguesia é uma prova da fragueza do governo salazarista pois que, tal como se deu com as eleições municipais de 1946, o fascismo tem que o povo, constituído pelas forças democráticas, lhe mostra a sua força e a sua força eleitoral e a sua força eleitoral e a sua força eleitoral.

Aquelas falsas democratas comunistas, que fecham os olhos às realidades e concepções da realidade, não se teriam apercebido previamente as condições mínimas para isso, denunciando, sem se terem apercebido, com os seus discursos, serem a este e trairam o povo. A chamada "terceira força" a uma burra e um engano, pois na luta contra o fascismo não há tempo para meios termos. Se está ao lado do fascismo, ou contra o fascismo. Os falsos democratas que se mostravam dispostos a colaborar na futura manobra eleitoral dos fascistas, colocavam-se no campo do fascismo, renegando a sua palavra.

SEGUIE PÁGINA = 2 =

A DESVALORIZAÇÃO DO ESCUDO VAI FAZER SUBIR O CUSTO DA VIDA! Impõe-se a luta pelo aumento de salários!

A desvalorização do escudo levada a cabo pelo governo salazarista é mais uma consequência nefasta do Plano Marshall, e do enfraquecimento progressivo da economia e da política nacional aos imperialistas norte-americanos.

Esta desvalorização do escudo português, comandada de Washington, e cumprida servilmente pelos governantes fascistas de Portugal, entre outros objectivos mais importantes, tem também o intuito de valorizar artificialmente as reservas reservadas que ainda restam nos cofres do Banco de Portugal, pois de 1946 para 1948 essas reservas baixaram em perto de 6 milhões de contos.

Um valor que figurava na escritura do Banco de Portugal como reserva e eram os célebres 70 milhões de libras congeladas em Londres desde o fim da guerra. A desvalorização do escudo, acompanhada de perto a desvalorização da libra, teve também por objectivo não deixar detererem-se esses 70 milhões de libras, que o governo inglês não consente que saiam do Banco da Inglaterra, mas que figuram como uma disponibilidade do Banco de Portugal.

O dólar à cotação de 20400 esse dólar subirá com o desenvolvimento, tanto mais que Portugal terá de importar dos Estados Unidos 200.000 toneladas de trigo e 18.000 de outros cereais.

Esta importação de trigo e milho, e de outros produtos alimentares que o País é forçado a importar do estrangeiro devido à política seguida pelo governo, irão agravar o custo de vida, tornando a vida dos nossos trabalhadores cada vez mais difícil e mais dura! Embora os fascistas digam demagogicamente que a desvalorização do escudo não se fará sentir o custo da vida, é sabido por toda a gente que uma desvalorização da moeda é a subida do custo da vida. Os fascistas dizem isso para recusarem à classe operária aumentos de salários!

Perante esta manobra dos salazaristas, comandados pelos seus parceiros americanos, ou só com o intuito de apresentar aos trabalhadores de Portugal a luta imediata pelo aumento dos salários, como estão fazendo os seus líderes de classe nos outros países, é a unidade e a decisão dos trabalhadores portugueses que poderão derrotar por terra a esta manobra vilíssima dos governantes fascistas.

Talvez os trabalhadores não vos deixem enganar por mais esta manobra do fascismo. Respondei à ofensiva do governo contra a vos-

sa vida e os vossos salários. com pedidos colectivos de aumento de salários! Formai em todas as empresas Comissões de Unidade, reclamai junto do patronato, dos Sindicatos, das autoridades, aumento de salários! Organizai concentrações massivas de trabalhadores junto das direcções das empresas, dos Sindicatos, e do I.N.T., e reclamai aumento de salários!

ALGUMAS DEZENAS DE ANTI-FASCISTAS ENCONTRAM-SE JÁ H 13 ANOS NO TARRAFAL!

No dia 29 de Outubro deste ano completaram 13 anos de deportação no Campo de Concentração de Tarrafal os anti-fascistas e alguns dezenas de anti-fascistas, de abnegados lutadores pela causa da Liberdade e da Democracia.

Durante estes 13 anos de existência do Campo de Concentração de Tarrafal passaram por lá muitas centenas de democratas, muitos dos melhores filhos do povo português; e se é certo que regressaram bastantes (com as penas cumpridas há já 5, 7, 9 e 11 anos), não é menos certo que perto de quatro dezenas deles ficaram lá para sempre, e que, alguns dos que viram, vieram para morrer em suas casas, ou para ficarem inválidos para o resto da existência.

No Campo de Concentração e morte lenta do Tarrafal encontram-se anti-fascistas que contam já com 17 anos seguidos de prisão, como António Trindade, todos os presos da greve do IR de Jan Iro, como João Ribeiro, José Viegas, Acácio Tomaz de Aquino e mu-

tos outros, que contam já 15 anos seguidos de prisão; os veteranos marinheiros da revolta de 8 de Setembro de 1936, como João Farja Borda, Fernando Vicente e Joaquim Gomes Casquinha, e muitos outros, que contam já com 13 anos seguidos de prisão.

Não contentes em manter neste Campo sinistro muitos dos melhores filhos do povo português, o governo de Salazar continua a sair com mais patriotismo para esse Campo de extermínio! No passado dia 16 de Setembro foram deportados para o Tarrafal o nosso querido camarada Guilherme da Costa Carvalho e o heróico guerrilheiro espanhol Pepe. Os fascistas procuram assim vingarse da heroica conduta de Guilherme de Carvalho perante os esbirros da PIDE. Salazar prepara-se para atirar para esse campo de morte com alguns militantes do Partido, particularmente Álvaro Contal, Militão Ribeiro e Francisco Miguel, O envio de Militão e de

simples ligaduras, No Sanatório não são usadas em tratamento sucessivos, mesmo após e mat chadas de sangue, isto é transformado o pessoal hospitalar e em assassinos do povo e os Hospitais e Sanatórios em campos de morte. Entretanto o dinheiro roubado aos trabalhadores espanhóis de Previdência é empregado em construções de luxo e em instalações sumptuosas (como afirmou o deputado Carvel Pinto na Assembleia Nacional e 28/4/49) ou em obras de pagamento.

Trabalhadores, jovens, homens e mulheres! Exigi o restabelecimento dos tratamentos gratuitos! Exigi que o dinheiro roubado aos trabalhadores pela Previdência volte à posse dos trabalhadores! Médicos, enfermeiras e enfermeiros! Protestai contra as recentes reduções nas verbas de assistência, salvando a dignidade da vossa classe e a vida do povo português!

MAIS DINHEIRO PARA OS HOSPITAIS, E MENOS SO DADOS PARA MAU!

Cuechal para o Tarrafal, dado seu estado de saúde, equivalerá a uma sentença de morte do governo fascista!

Mães e mulheres de Portugal; vosso coração de mães, de noivas e de irmãs não deve consentir a existência do Campo de Concentração de Tarrafal, onde os seus entes queridos poderão encontrar a morte, que já se prendeu dolorosamente nas outras mulheres, mães não ou irmãs, como vós!

Escrevei por toda a parte: Adixio o Tarrafal! AMITIA AMITIA! e escreve também milhares de cartas p os deputados, para a presidência da República e para out autoridades fascistas, reclamando a extinção do Tarrafal, libertação de todos os presos políticos!

Democratas, lembrai-vos q a vossa luta que depende a da de muitos dos melhores l dores da causa anti-fascist Lembrai-vos que sem a v luta o maldito Campo de Tarrafal continuará a existir!

FORMAI GRUPOS DE AMIGOS DO PARTIDO!

Uma forma de auxiliar o Partido é formar grupos de Amigos do Partido. Cada grupo deve comprometer-se a auxiliar mensalmente o Partido com determinada quantia.

A TODAS AS ORGANIZAÇÕES E MILITANTES DO PARTIDO

O agravamento da crise económica e política no nosso país e no mundo capitalista com o consequente agravamento das condições de vida dos trabalhadores e das classes médias; a entrega aos monopolistas anglo-americanos - particularmente aos americanos - da economia e das riquezas nacionais; a participação activa dos governantes fascistas nos preparativos para uma nova guerra de agressão contra a U.R.S.S. e aos países da democracia popular, ao mesmo tempo que criam as condições para uma maior mobilização e movimentação das mais vastas camadas do nosso país na luta pela defesa das suas condições de vida e reivindicações mais prementes, na luta pela independência nacional e contra a guerra para que o fascismo nacional se prepare, colocam ao nosso Partido pesadas tarefas, como partido dirigente da luta nacional contra o fascismo, da luta pela defesa da soberania nacional, contra a ingerência dos imperialistas estrangeiros na vida do nosso País, na luta pela Paz.

No terreno político o fascismo prepara-se para levar-a cabo uma nova manobra eleitoral - cujos preparativos se iniciaram já - com vistas à sua consolidação no poder e apresentar-se aos olhos do país e do estrangeiro como um pxí regime democrático.

As anteriores manobras do fascismo com o mesmo objectivo fracassaram devido à unidade existente entre os democratas, e à firmeza e justiça da orientação do nosso Partido que foi compreendida e aceite pela esmagadora maioria dos democratas.

Para levar a efeito a sua nova manobra eleitoral, o fascismo julga contar com os divisionistas e oportunistas de todos os matizes que compoem com a Unidade, viraram as costas ao Povo e traíram a confiança que o Povo depositava n'elles.

A divisão levada a cabo no seio do Movimento de Oposição ao fascismo pelos dirigentes de determinada corrente política e por alguns outros oportunistas que consideram, assim, a politica de divisão que o salazarismo se esforçou por levar a efeito sem resultado, tornou ainda maiores as grandes responsabilidades que o Partido contraíu perante todos os democratas honestos e perante o nosso Povo.

O nosso Partido é a única força que prossegue sem deslucimento a luta contra os governantes traidores, pela Democracia, pela independência nacional e pela Paz. Por esse motivo o fascismo lançou na luta contra o Partido todos os seus recursos, todas as suas forças.

Para fazer face as enormes tarefas que colocam perante o nosso Partido é necessário mobilizarmos todos os nossos recursos, todas as nossas energias.

Um dos problemas de maior importância para o nosso Partido no momento presente é o problema de fundos. Sem uma mais larga recolha de fundos por parte de todos os nossos camaradas, por parte de todos os nossos amigos, o Partido vê-se à impossibilidade de realizar plenamente as tarefas que a situação presente lhe impõe, assim como de levar por diante as medidas necessárias para uma melhor defesa conspirativa.

Embora a recolha de fundos no sector tenha tido alguns aspectos positivos tanto na campanha para os "100 contos" como últimamente para cobrir os prejuizos com os assaltos a algumas casas do Partido; embora algumas organizações e alguns camaradas tenham levado a efeito certas iniciativas como objectivo de angariar dinheiro para o Partido; embora a percentagem de impressões e de cotizações pagas seja actualmente mais elevada, a verdade é que estamos nos longe de atingir um resultado satisfatório de harmonia com as possibilidades do sector no que respecta à recolha de fundos para o Partido.

Impõe-se, portanto, um esforço sério no sentido de se alargarem os grupos de amigos do Partido existentes e a criação de novos grupos, assim como de uma e de uma maior sistematização das iniciativas tendentes à recolha de fundos para o Partido. Impõe-se que eliminemos rapidamente as deficiências existentes no pagamento da imprensa e das cotizações, levando ~~maximiz~~ todos os camaradas a compreenderem que um dos primeiros deveres dos membros do Partido é o pagamento das suas cotizações e da imprensa do Partido.

CONFIDENTIAL

Estamos certos de que todas as organizações, todos os camaradas, todos os simpatizantes e todos os amigos do Partido compreenderão a necessidade de melhorar as receitas do Partido e se lançarão avante na realização dessa tarefa.

Estamos certos que a dedicação de todos permitirá ao nosso Partido reforçar a sua gloriosa missão como campeão da luta Anti-fascista, da Independência Nacional e da Paz.

Setembro de 1949

A Direcção da Organização Regional de
Lisboa do Partido Comunista Português

25X1A



○ Partido Comunista aponta um único caminho:

CPYRGHT

NÃO VOTAR!

Portugueses e Portuguesas! Democratas!

As eleições que se vão realizar no próximo dia 13, num ambiente de perseguições e de terror, são mais uma burla eleitoral organizada pelo governo salazarista! A nova lei eleitoral veio sancionar todas as falcatruas e tornar mais difícil qualquer fiscalização séria por parte dos democratas, o que tornou impossível a sua participação.

Os candidatos a deputados para a Assembleia Nacional foram escolhidos pelo governo salazarista entre o alto funcionalismo e os homens do grande capital agrícola, industrial e financeiro, todos eles inimigos do povo. As duas listas apresentadas por Castelo Branco e Portalegre, a que os fascistas chamam de «oposição», e onde figuram o nome do sr. Cunha Leal e de vários reacçãoários, são compostas por homens dispostos a sancionar e a colaborar em todos os crimes do governo fascista.

Certos elementos oportunistas pretenderam servir as suas ambições pessoais, ou os interesses do fascismo e da reacção nacional e internacional, colaborando nesta burla.

MAS PERANTE A RESISTÊNCIA E A REPULSA DO POVO E DE TODOS OS DEMOCRATAS HONRADOS NÃO PUDERAM LEVAR POR DIANTE AS SUAS MANOBRAS! ISTO REPRESENTA UMA GRANDE VITÓRIA DOS DEMOCRATAS E DA UNIDADE, E VEIO COMPROVAR MAIS UMA VEZ A JUSTIÇA DA LINHA POLÍTICA DO PARTIDO COMUNISTA, QUE COMBATEU A APRESENTAÇÃO DE LISTAS DE CANDIDATOS A DEPUTADOS NAS CONDIÇÕES IMPOSTAS PELO FASCISMO!

O Partido Comunista chama os democratas e patriotas portugueses à luta contra esta obra eleitoral do governo fascista.

Não votando no próximo dia 13!

Democratas e Patriotas! Continuai a luta pelas liberdades fundamentais reclamadas pela Oposição! Lutai pela realização imediata das eleições para as Juntas de Freguesia e por Eleições Livres!

Portugueses e Portuguesas! Recusai-vos a participar nas novas eleições-burla, NÃO VOTANDO!

Lutai pela realização imediata das eleições para as Juntas de Freguesia!

Lutai por Eleições Livres!

NOVEMBRO DE 1949

O Secretariado do Comité Central do Partido Comunista Português

[REDACTED]

EX.^{MO} SNR. GOVERNADOR CIVIL DO PORTO

CPYRGHT

O signatário, juntamente com outros democratas, apresentou na 1.ª Repartição do Governo Civil, no dia 7 p. passado, pelas 15 horas e 15 minutos, um requerimento em que pedia autorização para uma sessão pública a realizar no dia 9 do mês corrente, ás 14 horas, na rua do Pinheiro Manso, n.º 373, rez do chão, desta cidade, com o objectivo de CONSIDERAR A ATITUDE DA OPOSIÇÃO DEMOCRÁTICA PERANTE A ELEIÇÃO DOS DEPUTADOS À ASSEMBLEIA NACIONAL, objectivo assim claramente e expressamente formulado.

No dia 8 findo, às 10 horas, batia à porta de sua casa um guarda da P. S. P. a entregar uma contra-lé intimando-o a comparecer perante o Ex.^{mo} Comandante da Polícia de Segurança Pública, às 15 horas desse mesmo dia, para tomar conhecimento de um assunto que lhe dizia respeito. Foi desta maneira que V. Ex.^a, abdicando da sua qualidade de 1.ª autoridade civil do distrito entendeu dever comunicar ao signatário que a referida sessão estava indeferida. E é este o primeiro facto que o signatário tem de registar neste rápido comentário às vicissitudes de um requerimento dirigido ao Ex.^{mo} Governador Civil do Porto, a pouco mais de um mês de distancia da eleição para a Assembleia Nacional, através de cujo deferimento se pretendia apenas esclarecer a atitude da Oposição Democrática perante um acontecimento político de tão grande importância na vida do país!

Os outros factos tão estranhos como o primeiro dizem respeito aos fundamentos do despacho de V. Ex.^a: "O pedido de autorização para esta reunião não passa de uma forma sofismada de obter a realização da sessão comemorativa do 5 de Outubro em 9 do corrente, que não foi autorizada por inoportuna. Este pedido não é deferido não só porque não foi feito com a antecedencia legal (48 horas), mas ainda porque não estão superiormente autorizadas sessões de propaganda eleitoral, que é o verdadeiro carácter da reunião desejada (mesa e numero de oradores).".

Uma análise mesmo elementar deste despacho mostra-nos que V. Ex.^a se deixou influenciar pelos quatro motivos seguintes:

- 1.º—O pedido de autorização para esta reunião não passa de uma forma sofismada para obter uma sessão...
- 2.º—O requerimento não entrou na respectiva Repartição com a antecedencia de 48 horas.
- 3.º—Não estão superiormente autorizadas sessões de propaganda eleitoral.
- 4.º—Que é o verdadeiro carácter da reunião desejada (mesa e número de oradores).

O primeiro motivo é inexacto, pois os signatários disseram claramente qual o fim da reunião requerida, como reconhece V. Ex.^a ao interir da mesa e número de oradores, que se tratava de uma sessão de propaganda eleitoral. O segundo, afigura-se ao signatário que é um mero pretexto para de todo o modo indeferir uma pretensão legal, uma vez que o requerimento deu entrada na respectiva Repartição na antevéspera do dia em que a sessão deveria realizar-se, ou, 46 horas e 45 minutos antes!

Finalmente, o terceiro e quarto em contradição com o primeiro, é que nos vêm revelar o fim que V. Ex.^a quis atingir através do aludido despacho, manifestando assim o receio de que os democratas desta cidade viessem a ter qualquer oportunidade de, publicamente, analisarem o significado do próximo acto eleitoral à luz do actual condicionalismo político.

De resto, no mesmo momento em que o Ex.^{mo} Comandante da Polícia me entregou a cópia do despacho de V. Ex.^a, autorizou-me a copiar a seguinte instrução emanada desse Governo Civil, que reza assim:

"Se alguns cidadãos eleitores, quiserem reunir para tomarem qualquer atitude sobre o próximo acto eleitoral, nenhuma dúvida haverá em o consentir, se, efectivamente, se tratar de uma *sessão restricta* e com a constituição própria de reuniões desta natureza. Para essas reuniões deverá ser pedida a respectiva autorização com 48 horas de antecedência, indicando-se o dia, hora e local e o número das pessoas que nela tomam parte.."

Pondo de parte já a forma vaga por que este aditamento está redigido o que ressalta como evidente é que o Governo ou esse Governo Civil só considera legítimas reuniões restrictas (e não sabemos o que são *reuniões restrictas*) com a indicação do número de pessoas que nelas intervêm, parecendo assim querer desconhecer a tradiosidade que caracteriza sempre as manifestações da Oposição Democrática.

O signatário conhece bem, até por experiência própria, duramente vivida nos seus direitos de pessoa humana, de cidadão e de universitário, a concepção política do Governo perante o exercício das liberdades fundamentais e a vontade do Povo, como única fonte legítima do Poder. Ora, o despacho de V. Ex.^a, o esclarecimento complementar e a maneira como tudo chegou ao conhecimento do signatário, significam, de uma forma irrefutável, que no limiar de uma eleição para uma Assembleia Nacional Constituinte nada se modificou ainda no clima político português.

Porto, 11 de Outubro de 1949

RUY LUÍS GOMES

CPYRGHT

25X1A

O MOVIMENTO NACIONAL DEMOCRÁTICO

perante as eleições de Deputados

Mais uma vez se anunciam "eleições", no costumado estilo do Estado Novo, agora para designação de deputados à Assembleia Nacional, que terá "poderes constituintes".

O Movimento Nacional Democrático, consciente das responsabilidades que lhe advêm como legítimo representante da grande maioria do Povo Português vem definir, desde já, a sua posição perante esse acto eleitoral.

Que nos tem dado estes 23 anos do chamado Estado Novo? Surgido dum golpe militar que instaurou uma ditadura, tendo imposto ao país uma "Constituição", plebiscitada num acto em que as abstenções foram contadas como votos, depois de fundamentar na mera detenção da força o seu "direito", de governar, o regime político actual patenteia abertamente até à vitória da Democracia e das Nações Unidas em 1945, o seu carácter totalitário e anti-democrático, o seu directo parentesco com os sistemas nazi-fascistas, através da supressão sistemática dos mais invioláveis direitos dos cidadãos (de associação, de expressão do pensamento, de reunião, de sufrágio), servindo-se, como armas, da coacção moral, física e económica, da repressão policial e administrativa organizadas e contínuas, de prisões, demissões, deportações em conta. Desviando o poder político da sua função fundamental de servir os interesses da Nação, corporizada em todos os Portugueses de quaisquer crenças ou opiniões, a situação vigente tem-no exercido em benefício dum grupo e dum partido—a "União Nacional". Instituiu uma organização corporativa, imposta de cima e autoritariamente, e materializada em Sindicatos, Grêmios, Associações, de corpos directivos nomeados pelo Governo. Arregimentou a juventude obrigatoriamente dentro da "Mocidade Portuguesa". Deportou, por meras razões políticas, para os Açores, Timor e Cabo Verde (Tarrafal) inúmeros portugueses, muitos deles sem julgamento e por longos anos. Atribuiu à polícia política que criou ("Polícia de Informações"), depois "Polícia de Vigilância e Defesa do Estado", e agora "Polícia Internacional e de Defesa do Estado," poderes praticamente indiscriminados e arbitrários e colocou nas suas mãos a liberdade e a vida de todos os cidadãos. Afastou de funções públicas, civis e militares, portugueses que eram funcionários competentes e exemplares e impediu o acesso de muitíssimos outros, por simples informações policiais.

A partir de 1945, porém, esta ossatura totalitária ficou a descoberto perante o relativo isolamento internacional provocado pela vitória da Democracia sobre os regimes de Hitler e Mussolini.

Assim, o Estado Novo foi impotente para impedir por completo que as massas democráticas manifestassem, através das grandiosas jornadas do MUD e da Candidatura de

Senhor General Norton de Matos a sua irredutibilidade política e moral com o actual regime.

Por outro lado, não podendo subsistir sem desrespeitar os direitos da pessoa humana, recorreu ao artificio de publicar uma série de disposições juridico-policias que lhe permitiram "legalizar," formalmente aquela prática de violências que sempre o têm caracterizado.

A concepção anti-democrática do exercício do Poder, traduziu-se então, nessa forma "legalizada," do totalitarismo que recebeu de elementos responsáveis da situação o nome de "Democracia Organica,".

Na realidade, o Estado Novo manteve e até certo respeito até acentuou — as suas características anti-democraticas anteriores:

Prisões em massa e deportações para a "Colónia Penal," conhecida por "Campo de Concentração do Tarrafal," brutal proibição ou condicionamento das reuniões públicas e até particulares, demissão em massa de funcionários que apenas tinham usado das tais "liberdades concedidas," perseguições sistemáticas e pressões económicas e fiscais sobre os opositoristas, procedimentos policiaes arbitrários, reforço das restrições do direito de associação, persistencia e agravamento da rigorosa censura à imprensa, cortes massivos nos recenseamentos por simples informação da PIDE (só no Porto, em 1949, foram interpostos mais de mil recursos) e a falta de garantia de genuinidade do sufrágio, são a demonstração irrefutável de que o sistema que nos governa ha 23 anos mantém intacta toda a sua máquina repressiva e procura constantemente reforçá-la. Os periodos de aparente liberdade de que temos gosado não devemos agradecer-lhos a qualquer arrependimento do Governo, mas apenas a luta persistente dos Democratas Portugueses.

A instauração da Democracia não pode resultar da reconciliação com a actual situação política, mas antes da LUTA ORGANIZADA E UNIDA DA OPOSIÇÃO DEMOCRATICA.

Aceitar as condições impostas pelo Governo, abdicar das nossas reivindicações de liberdades fundamentais, de seriedade dos actos eleitorais é trair a causa do Povo, da Democracia, é colaborar com o totalitarismo corporativista. Enveredar pelo caminho da Divisão e minar, abertamente ou a ocultas, a UNIDADE E O CARÁCTER organizado de todas as forças da Oposição Democratica, sem qualquer excepção, é servir o Estado Novo e capitular perante ele.

Perante o próximo acto eleitoral, quais são as condições realmente existentes? O recenseamento foi elaborado sem quaisquer garantias de seriedade; praticaram-se cortes em massa, não foi permitido nem possível à Oposição, aberta e organizadamente, colaborar na sua elaboração ou promover a propagação da inscrição e montagem de postos recenseadores, o que tudo seria dispensável e normal se houvesse respeito pelo direito de sufrágio dos cidadãos.

As eleições para as Juntas de Freguesia são adiadas para data indeterminada, contrariando-se por decreto ditatorial o prazo dessas eleições em termos que deixam mais dúvidas sobre as condições em que o acto virá a realizar-se. A propaganda, a imprensa e todas as formas escritas de expressão livre do pensamento politico, continuam fechadas absolutamente para nós, ainda mesmo a menos de 30 dias da "eleição," e ja depois de terminado o periodo de apresentação de candidaturas; as reuniões comemorativas de 5 d'Outubro de 1910 são interditas em todo o país, exceptuando Lisboa, e sessões em que os democratas do Porto,

S. João da Madeira, Coimbra, Lisboa, Braga, etc., pretendiam estudar a oportunidade dum concurso eleitoral, o que implicava um amplo contacto com o sentir popular, são indeferidas a pretexto de que não são oportunas, de que não está ainda aberto o período eleitoral. O direito de associação é praticamente inexistente, a organização legal da Oposição, o nosso Movimento Nacional Democrático, é caluniado e dificultado por todas as formas possíveis a sua acção. Continua a intensificar-se o ambiente de terror que tem sido a característica predominante do actual regime—ainda ultimamente foi deportado para o Tarragal Guilherme da Costa Carvalho, jovem estudante, do Porto, e foram presos democratas como os Drs. Mário Temido e Brito Amaral, médicos, Denis Jacinto, professor do ensino secundário, António Júdice, professor Universitário, e Albano Cunha, advogado, todos de Coimbra, Costa Ramos e a do Dr. Fernando Pinto Loureiro, advogado no Porto (em cuja residência a PIDE entrou ilegalmente e com ameaças), Maria das Dores Cabrita, Artílio Baptista, Francisco Marques Júnior e Doutora Cesina Bermudes, de Lisboa, e Antónia Farracha, de Olhão.

Se acrescentarmos a tudo isto a atitude que o Governo tomou em face do movimento pró candidatura do Snr. General Norton de Matos, impedindo por todas as formas a realização de uma grande parte das sessões de propaganda, prendendo e instaurando processos contra os democratas destacados, afastando compulsóriamente muitos funcionários—apesar das garantias prometidas—e ainda a criação de novos instrumentos jurídicos de repressão, como o Conselho Superior de Segurança, verificamos que as condições de actuação da Oposição são neste momento ainda mais graves do que em 1945-49, e não falando já da lei eleitoral decretada pelo Executivo, com vista à eleição para a Assembleia Nacional e a poucas semanas da sua realização.

Com este panorama, ninguém poderá esperar que as próximas eleições sejam mais sérias do que as precedentes. E o movimento Nacional Democrático—continuador dos grandes movimentos em prol da Democracia, de 1945 a 1949, compete definir com toda a clareza a atitude que a Oposição deve tomar.

Assim, tendo em consideração o actual condicionamento político, o Movimento Nacional Democrático, em Assembleia expressamente convocada para esse fim, em 9 de Outubro corrente, resolveu:

- 1.º—Não apresentar candidatos à eleição para a Assembleia Nacional;
- 2.º—Considerar como não representando a Oposição Democrática quaisquer candidaturas, mesmo que formalmente não apareçam incluídas na lista da União Nacional;
- 3.º—Prosseguir a luta legal pela conquista das liberdades fundamentais, numa base de UNIDADE;

4.º—Esclarecer o mais amplamente possível os democratas sobre o verdadeiro carácter do próximo acto eleitoral.

Estas resoluções já teriam sido divulgadas, se o Governo, através das competentes autoridades administrativas, não tivesse sistematicamente impedido a realização das sessões públicas requeridas pela Oposição Democrática.

10 de Outubro de 1949.

A COMISSÃO CENTRAL DO
MOVIMENTO NACIONAL DEMOCRÁTICO

Ruy Luís Gomes

Pinto Gonçalves

José Alberto Rodrigues

Maria Lamas

Virginia Moura

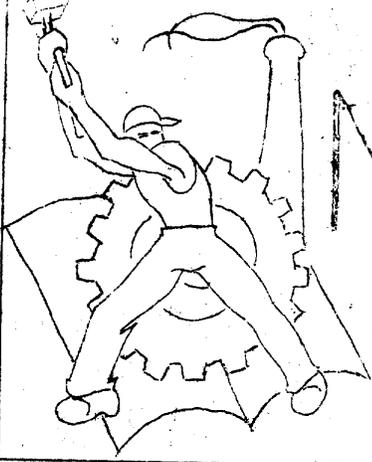
José Morgado

Albertino Macedo

Arcoosa Feio

COPYRIGHT

CONFIDENTIAL



MUD JUVENIL

BOLETIM DA COMISSÃO DISTRITAL DE LISBOA

LUTEMOS CONTRA O ANALFABETISMO!
APOIEMOS A RESOLUÇÃO DO II CONGRESSO NACIONAL
DAS COLECTIVIDADES DE EDUCAÇÃO E RECREIO

Na última quinzena de Julho, realizou-se em Lisboa o II Congresso das Colectividades de Educação e Recreio. A campanha do MUD Juvenil para o combate ao ANALFABETISMO teve o seu eco neste Congresso. Todas as propostas surgidas nesse sentido foram aprovadas e o Congresso tomou uma decisão importantíssima, ao incluir no artigo que define os fins da nova Federação, a seguinte alínea:

todo o apoio do MUD Juvenil, que desde a sua fundação tem levantado a bandeira da luta contra o analfabetismo e que tem fomentado e acarinhado inúmeros cursos das primeiras letras.

Pois bem, jovem amigo, o nosso apoio e o nosso aplauso nada vão, se não levarmos o nosso curso entusiástico para que as colectividades e a nova Federação venham à prática a realização desta grandiosa tarefa!

"DESENVOLVER UMA ACÇÃO INTENSA NA LUTA PELA EXTINÇÃO DO ANALFABETISMO E ESTIMULAR A ACÇÃO DAS FEDERADAS NESSE SENTIDO"

Esta decisão de grande alcance patriótico merece

ANALFABETOS NO DISTRITO DE LISBOA
(população > mais de 7 anos)
33,9 %
INDIVÍDUOS COM INSTRUÇÃO PRIMÁRIA
(população > mais de 14 anos)
25,8 %
ANALFABETOS REAIS
74,2 %

I.N.E.

1940

COMO PODES REALIZAR ESTA TAREFA NA PARTE QUE TE CABE? COMO PODES APOIAR A DECISÃO DO CONGRESSO ?

Faz convocar na tua Colectividade uma ASSEMBLEIA GERAL para discutir e divulgar a resolução do Congresso de combater o ANALFABETISMO por todos os meios e propõe a criação de uma COMISSÃO DE APOIO À DECISÃO DO CONGRESSO.

Propõe que a primeira tarefa dessa Comissão seja a constituição de um Grupo do ABC que funcione na tua Colectividade.

Apoia a entrada para essas Comissões dos jovens e dos sócios mais PERSISTENTES E DEDICADOS.

Divulga a iniciativa e a resolução do Congresso no BOLETIM, no JORNAL MURAL, edita CIRCULARES E CARTAZES sugestivos e defende-as com entusiasmo na SALA DE JOGOS, na BIBLIOTECA, no BUFFET e nas FESTA.

FAZ DAS TUAS ENERGIAS MOÇAS UMA FORÇA DECISIVA PARA A EXTINÇÃO DO ANALFABETISMO NO NOSSO PAÍS !

ESTUDANTE, APROVEITA AS TUAS FÉRIAS!

Os estudantes em férias, isolados dos seus centros habituais de reunião, reforçarão a sua unidade com os restantes sectores da Juventude, através de actividades como as que propomos. JÓVENS ESTUDANTES! Aproveitai as vossas férias, auxiliando a juventude das fábricas e das aldeias, ela espera-vos!

Participai no esforço das colectividades na LUTA CONTRA O ANALFABETISMO, entrando para as Comissões de apoio à resolução do Congresso e para os Grupos do ABC, ensinando a ler os vossos camaradas analfabetos!

Acorrei às ELEIÇÕES PARA AS JUNTAS DE FREGUESIA, apoiando os candidatos que defendam um programa que venha ao encontro das aspirações da Juventude, contribuí para que tais programas sejam apresentados!

Auxiliai as Comissões locais do MOVIMENTO NACIONAL DEMOCRÁTICO dando o vosso concurso às suas iniciativas e realizações!

Contribuí para a CAMPANHA DE FUNDOS DO MOVIMENTO, indicando democratas que nos queiram auxiliar, cobrando contribuições extraordinárias, colaborando em iniciativas no mesmo sentido!

SE QUERES QUE ESTE BOLETIM
SAIA COM REGULARIDADE, CONTRIBUI PARA O M.U.D. JUVENIL.

JÓVEM DE LISBOA! Reclama a concessão de facilidades para a construção de campos de jogos e para o apetrechamento dos já existentes! Luta para que a tua colectividade seja liberta de impostos e taxas que prejudicam o desenvolvimento da prática desportiva, e reclama o auxílio do Estado para a solução do grave problema que as estatísticas revelam! Exige que se façam menos obras de fachada, que nada contribuem para resolver o problema do desporto em Portugal, lutando pelo desenvolvimento do desporto à base local, criando centros desportivos locais, onde ocorra a juventude a pratica-lo e não apenas como espectadora!

DESPORTO NOS CAMPOS E NÃO NAS BANCADAS

ALGUMAS ESTATÍSTICAS SOBRE O DESPORTO EM LISBOA

No distrito de Lisboa, existiam, em 1947 e para a população de idade compreendida entre os 14 e os 29 anos:

- 35 campos de futebol - 1 campo para 5.782 habitantes.
- 39 campos de basquet - 1 campo para 8.154 habitantes.
- 33 campos de volei-bol - 1 campo para 9.636 habitantes.
- 4 pistas de atletismo - 1 pista para 79.500 habitantes.
- 7 piscinas - 1 piscina para 45.429 habitantes.

Dados do Instituto Nacional de Estatística.

= TRÊS TAREFAS DA MAIOR IMPORTÂNCIA =

Nos tres anos de vida do nosso Movimento, agora completados, sempre este tem estado ao lado dos Movimentos legais que reclamam para o Povo Português as liberdades fundamentais. O MUD Juvenil tem apoiado entusiasticamente as lutas de unidade do nosso Povo para a conquista dessas liberdades e aconselhado a Juventude a dar-lhe a sua valiosa colaboração.

Ao lado do Movimento de Unidade Democrática, do Movimento da Candidatura do General Norton de Matos, ao lado do MOVIMENTO NACIONAL DEMOCRÁTICO, embora mantendo a independencia de organização e orientação que o seu caracter juvenil exige, o MUD Juvenil não pode ignorar tres questões da maior actualidade e apela para a Juventude no sentido de as fazer também suas. ASSIM, AMIGO, LEMBRA-TE QUE É TEU DEVER:

Pensar nas aspirações económicas, sociais, culturais, e desportivas dos jovens da tua Freguesia, ONDE SE VAI ELEGER UMA NOVA JUNTA, colaborar na organização do programa reivindicativo da Juventude e apoiar os candidatos que as defendam.

Apoiar o MOVIMENTO NACIONAL DEMOCRÁTICO, fomentar a criação e o desenvolvimento das suas Comissões.
 Combater as tendências de divisionistas no seio da oposição democrática, venham elas de onde vierem, apelando para a unidade de todos os portugueses à volta da luta pela conquista das liberdades fundamentais.

Amigo, o MUD Juvenil só pode apoiar um Movimento que reclame as Liberdades fundamentais na base de uma ampla unidade, que não ponha barreiras de crença politica ou religiosa aos que a ele queiram aderir !

AO LADO DO MOVIMENTO NACIONAL DEMOCRÁTICO, POIS, QUE NOS APRESENTA ESTE PATRIÓTICO PROGRAMA !

**O PROBLEMA
 DOS NOSSOS
 FUNDOS !**

CONTRIBUIÇÕES PARA A C.D.L. NO MES DE JULHO	
Comissão Conselha de Lisboa.....	500\$00
Direcções Académicas	200\$00
TOTAL.....	700\$00

Além da dedicação e do esforço desinteressado dos aderentes do MUD Juvenil, os FUNDOS são indispensáveis para ele viver e se alargar. Se bem que muitos amigos estejam sempre dispostos a perder noites e dias de descanso com tarefas do Movimento, esquecem-se de levar em linha de conta na prática, aquele problema. Só isto pode explicar as fracas contribuições do mês de Julho, acima discriminadas, e a contribuição nula de um sector tão importante como é o dos Concelhos do nosso Distrito.

(continua na pag.4)

**RECLAMAMOS UMA AMPLA AMNISTIA ! ENVIEMOS CARTAS E
 TELEGRAMAS, ASSINEMOS REPRESENTAÇÕES DIRIGIDAS ÀS
 ENTIDADES OFICIAIS, EXIGINDO A LIBERTAÇÃO DE TODOS OS
 PRÊSOS POLÍTICOS**

A vaga de despedimentos continua atingindo as classes trabalhadoras e portanto a nossa Juventude. Na empresa PARRY SON, em Cacilhas, foram despedidos em 15 dias, 82 caldeirheiros, 15 carpinteiros, 30 operários de picagem e 15 mecânicos. Na CUF, há 543 caldeirheiros despedidos. Na COMPANHIA COLONIAL DE NAVEGAÇÃO, deram 50 despedimentos desde meados de Abril.

A população de TIRES é habitada por um grande número de operários da Construção Civil. As suas condições de vida são péssimas; as habitações, além do seu pequeno tamanho e má construção, abrigam 3 e 4 famílias, chegando, em algumas, um compartimento a ser habitado por mais de uma família. A crise de trabalho surgida na Construção Civil, lançou no desemprego e na miséria mais de metade da população trabalhadora, pois tanto os pais como os filhos estão sem trabalho.

-NA FUNDAÇÃO E CONSTRUÇÃO MECÂNICA DE OEBIRAS, perto de uma centena de operários foram despedidos, tendo a gerência prometido depois prémios a quem produzisse mais. Nenhum jovem poderá ficar indiferente ante este procedimento, que exige dos operários que estão empregados um grande esforço físico e faz que os patrões continuem despedindo pessoal e compensando a sua falta com o dobro

FUNDOS (cont.)- A ausência de fundos está neste momento impedindo um maior desenvolvimento das nossas Comissões e actividades. Impede a saída regular das nossas publicações as deslocações regulares, o funcionamento rendoso dos trabalhos de Secretaria. Estas questões são vitais para o MUD Juvenil e se a situação se mantiver o Movimento estagnará, o que é o mesmo que andar para traz. E não é andando para traz que o MUDJ serve a Juventude!

Contribui regularmente para o MUDJ e não esperes que te procurem para dâres a tua contribuição!

Recolhe entre as tuas relações pessoais contribuições regulares para o MUDJ ou dá as indicações necessárias à tua Comissão!

Organiza iniciativas que dêem uma receita ainda que pequena para o nosso Movimento!

do esforço dos que ainda não foram despedidos.

JÓVENS OPERÁRIOS! O futuro está ameaçado! Elegi Comissões que vos representem na luta por melhores condições de vida e contra o desemprego. Dirigi-vos aos vossos Sindicatos, às vossas Camaras Municipais, ao Instituto Nacional do Trabalho, para que resolvam os vossos problemas, para que sejam abertos trabalhos ou postos em laboração os que estão interrompidos!

III ACAMPAMENTO EM TORRES VEDRAS

Os jovens de Torres Vedras realizaram um acampamento de dois dias, que, mercê das suas características despertou o interesse da população juvenil do Concelho.

Além de um magnífico fogo de acampamento, com canções, recitações, etc., disputou-se um jogo de Oquei em Patins, realizou-se uma visita à vila, etc.

QUE ESTE MAGNÍFICO ACAMPAMENTO ESTIMULE OS CAMPISTAS DA REGIÃO PARA A REALIZAÇÃO DE UM ACAMPAMENTO REGIONAL QUE REPRESENTA DE FACTO AS POSSIBILIDADES DA REGIÃO!

EXIGE O FIM DE SEMANA PARA TODOS LUTAI POR BILHETES COLECTIVOS

MUD JUVENIL perante as manobras divisionistas

25X1A

[Redacted] circular nº 26
[Redacted] Comissões)

Logo após as eleições de Fevereiro, numa circular da C. Central, chamava-se a atenção para a necessidade de levarmos a juventude a apoiar activamente os esforços dos democratas, para, depois das pseudo-eleições de Fevereiro continuarem organizados e unidos para a conquista das liberdades fundamentais.

Efectivamente, de então para cá, os democratas firmes teem prosseguido na tarefa de reorganizar as Comissões Eleitorais, integrando-as no Movimento Nacional Democrático, sucessor e continuador legítimo do MUD e do movimento pró-Candidatura.

A pesar de não sermos uma organização política, integrada ou dependente do M.N.D. ou de qualquer outra organização política - pois somos um Movimento da Juventude, dirigido por jovens e para jovens, para a luta pelos seus interesses em todos os sectores e em todos os aspectos da vida juvenil - o MUD Juvenil sempre seguiu com atenção o movimento dos democratas pela conquista de eleições livres. Não nos temos limitado a olhar passivamente, bem pelo contrário, temos procurado que toda a juventude dê um apoio activo a essa luta, que é hoje uma luta de autêntica necessidade nacional. Porquê? Porque uma das aspirações mais queridas da juventude é a Democracia, e ela não pode abrir caminho no nosso país enquanto não forem conquistadas aquelas liberdades básicas que permitam a realização de eleições livres. Esta luta da juventude é afinal a luta de todo o nosso povo: só um regime realmente democrático poderá resolver com sinceridade os problemas do nosso povo e muito especialmente os problemas em que se debate actualmente a juventude e pelos quais ela vem lutando há 3 anos, enquadrada no MUD Juvenil.

Por isso é que o nosso Movimento, hoje mais uma vez, está atento à situação em que se desenvolve a luta dos democratas.

Qual é essa situação?



Hoje, como sempre, o adversário faz todos os esforços para quebrar a unidade combativa dos democratas. Incapaz de impedir pela força repressiva, pelas perseguições e violências de toda a ordem, as sucessivas vitórias e o alargamento da frente democrática, ele tem procurado, paralelamente, fomentar a divisão no seio dos próprios democratas.

Desde o fim da guerra, o Governo tem procurado por todos os meios modificar o panorama da luta nacional por eleições livres, trazendo para dentro das nossas fronteiras ramificações da vasta e complicada rede da propaganda anti-comunista.

O Governo tenta arrancar das mãos dos democratas o leme de direcção da sua luta; tenta desviar os acontecimentos nacionais para a arena artificial da luta comunismo-anticomunismo. Esta é a política do Governo. Mas os democratas portugueses não largarão o leme das suas mãos e continuarão, efectivamente, a dirigir a luta do nosso povo, de acordo com as suas necessidades e aspirações reais - e essa luta, de duas décadas já, é ainda hoje a luta democracia-fascismo. Já durante a passada campanha eleitoral, o Governo se abstinha de contrapor à propaganda democrática uma propaganda própria. Aos jovens democratas que debatiam nas sessões públicas os problemas da juventude, atacando a política do "Estado Novo", ninguém do outro lado procurava - nem sequer demagógicamente, opor uma propaganda "nacionalista". Respondia-se-nos sempre, nos discursos, nos jornais, na rádio, com as velhas fórmulas da propaganda contra o comunismo, gritando e berrando histéricamente que nós, jovens, estávamos a ser "dirigidos sem o saber" pelos homens do Kremlin, etc., etc... Tudo com um só fim - desviar os democratas da sua linha justa, quebrar-lhes a sua frente unida e criar ambiente para novas perseguições.

Conseguiu o Governo atingir esse objectivo ?

Não, não o conseguiu nem o conseguirá, porque os democratas e o nosso povo tem já hoje uma longa experiência viva do que é o fascismo. A unidade dos democratas à roda da sua luta "indomada e indomável" por eleições livres manteve-se em 1949 e manter-se-á, pelas mesmas razões com que se radicou em 1945. Os jovens sentem-no e estão vigilantes.

Mas podemos nós dizer que a tática do adversário não teve os seus efeitos ?

É verdade que teve: houve sempre e existem hoje democratas menos firmes ou menos esclarecidos que se deixam enleiar no canto de sereia da reacção; democratas que esquecem a sua responsabilidade perante o povo que neles confiou, que esquecem o seu papel de dirigentes na luta do povo pela Democracia, que esquecem que só são verdadeiros dirigentes democratas quando não necessitam de manobrar nas costas do povo e quando se mantêm firmemente apoiados no povo - e, então, em vez de dirigentes, eles passam a ser dirigidos directa ou indirectamente pelo fascismo. O seu oportunismo leva-os ao ponto de entrarem pelo caminho das negociações e dos compromissos mais ou menos velados com aqueles que chegaram a todos os extremos de violência e sanguinarismo na perseguição aos democratas portugueses.

Os jovens democratas sentiram já sobre si todo o peso desta feroz perseguição em 1947. Resistiram com coragem e confiança na luta que travamos e não só resistiram como alargaram o MUD Juvenil. Já durante o movimento pro-Candidatura, soubemos estar alerta contra as tentativas divisionistas e oportunistas que pareciam querer surgir no próprio seio da juventude, simbolizadas por jovens como Marques da Silva, Jacinto Simões (filho), Fregues Salgueiro (filho) e outros. Também nesse período soubemos estar presentes junto da juventude para esclarecê-la sobre a traição que seria ter-se con corrido às eleições de Fevereiro.

Pois bem: hoje, ainda, alguns democratas, felizmente poucos e entre eles o Prof. Azevedo Gomes, que ainda durante o último período eleitoral estiveram na primeira linha de combate por eleições livres - deixaram tomarse de desconfiança nas possibilidades de luta do povo português, caído no derrotismo e no oportunismo e, em vez de prosseguirem na tarefa conseqüente de lançarem o M.N.D. para a frente, dando cumprimento às decisões tomadas na última reunião de delegados efectuada antes das eleições passadas - desligaram-se logo após elas das tarefas de organização e acção que continuavam a impor-se.

A nós, que nunca tínhamos perdido o contacto com a personalidade vigorosa do Prof. Azevedo Gomes pareceu-nos, nessa altura, que ele estaria simplesmente cansado pelo trabalho exaustivo até então realizado. A ele nos dirigimos, nós, Comissão Central do MUD Juvenil, mostrando-lhe a vontade de lutar sempre crescente da juventude, garantindo-lhe o seu apoio no revigoramento da luta iniciada em 1945 pelo MUD, de cuja C. Central ele havia sido presidente eleito.

Mas, mau grado nosso, verificámos nestes últimos meses que a questão era outra. O Prof. Azevedo Gomes não estava na realidade cansado e inactivo; ele e outros estavam, sim, empenhados - na nossa sombra, nas costas daqueles que abnegadamente veem lutando pelo levantamento do M.N.D. - em subtrair do M.N.D. elementos para constituir um agrupamento político que se propõe "pedir" a legalização dos seus "estatutos" ao Governo, agrupamento que se propõe disputar as eleições para deputados "em quaisquer condições", perdendo de vista a necessidade da luta pelas reivindicações básicas pro-eleições livres, perdendo de vista a necessidade fundamental de alargar e reforçar a unidade de todas as forças democráticas, esquecendo e deligando-se do próprio povo e das Comissões que ele em todo o país organizou e mantém, perdendo de vista a necessidade de uma frente unida e actuante por uma ampla amnistia, contra as perseguições e violências que continuam a renovar-se, esquecendo a necessidade da luta imediata e constante pela Democracia e pela Paz por que anseiam o nosso Povo e a nossa Juventude.

Como se vê, as condições em que o Prof. Azevedo Gomes nos abandona, são bem diferentes daquelas em que desapareceu o nosso querido e grande Bento Caraça, seu companheiro da C. Central do MUD.

Amigos! Que em toda a parte, junto dos aderentes, junto dos democratas, se esclareça o que significa o oportunismo e o divisionismo. Que estejamos atentos para por a nu e combater todas as manobras e tendências para dividir e enfraquecer o M.N.D. - venham elas de onde vierem!

Que todos os nossos aderentes apoiem o M.N.D., reforçando-o e alargando-o a todas as regiões e sectores da população e dando-lhe o concurso da Juventude.

Que todos os jovens contribuam activamente para as próximas eleições das Juntas de Freguesia, elaborando e divulgando as reivindicações e aspirações da Juventude e integrando-as nos programas eleitorais dos candidatos de confiança da Juventude e do Povo.

Na luta pela instauração da Democracia em Portugal, todos encontram tudo para uní-los e nada que possa separá-los!

Que todos lutemos para reforçar a unidade dos democratas na conquista de eleições livres, na luta pela Democracia, na luta pela Paz e por um Futuro melhor.

Lisboa, Agosto de 1949

A COMISSÃO CENTRAL

Jovens!

**NESTE MOMENTO AS PRINCIPAIS TAREFAS
A LEVAR A PRÁTICA PELA JUVENTUDE OR-
GANIZADA NO MUNDO JUVENIL SÃO:**

1. A luta por uma ampla amnistia para todos os presos políticos.
2. A apresentação das principais reivindicações da Juventude nas próximas eleições para as Juntas de Freguesia.
3. O desdobramento da Lápida a Bento de Jesus Carreira, Mestre e Amigo da Juventude.
4. A comemoração do 5 de Outubro, data gloriosa da implantação da 1ª República.
5. A discussão da posição da Juventude Democrática Portuguesa na sua luta pela elucidação dos problemas sociais e políticos e apoio às juventudes progressistas de todo o mundo que lutam pela Paz.

O POVO PORTUGUES QUER A DEMOCRACIA

Dos vários discursos de propaganda feitos pelos homens de União Nacional, ressalta esta afirmação essencial: o regime vai ser SOLIDADO e revigorado por aqueles "a quem repugnam os métodos de compromisso" (Dr. Ulisses Cortês).

Todos eles repudiam os métodos da Democracia, pois "Nunca ocultamos a nossa filosofia política, a nossa interpretação da História, a nossa concepção do homem e da sociedade são irredutivelmente opostas à doutrina democrática" (Dr. Ulisses Cortês) porque a Democracia "conduz à igualdade económica e, portanto, ao comunismo".

"Liberalismo e Comunismo são ... dois anéis da mesma cadeia" ... (Dr. Ulisses Cortês).

O socialismo é considerado por este dirigente da "União Nacional" como "um socialismo mais ou menos totalitário que aspira a destruir as bases da sociedade e a erguer a cidade nova por entre as derrocadas de uma imensa subversão".

"... a mística socialista ... tende irresistivelmente para o comunismo" (Dr. João Assis Pereira de Melo).

Mas ainda há mais: O regime democrático republicano, anterior a 1926, é apresentado como um regime subversivo. O Dr. Veiga de Macedo falou no "clima de subversão social em que se viveu até 1926".

Outro situacionista, o Dr. Carlos Lopes Moreira, foi mais longe, pois incluiu nos regimes subversivos a própria monarquia liberal e os anos até 1926, que considera uma "longa e tormentosa noite de um século".

O Sr. Ministro do Interior acha que o futuro democrático do País traz no ventre a degradação fatal de todos os valores humanos".

Todos combatem o regime de partidos: "as oligarquias partidárias, porém, não são correntes de opinião" ... (!) (Eng. Cancela de Abreu).

A ordem criada, isto é, a ditadura fascista há-de conservar-se custa o que custar. "Não queremos mudar. Estamos muito bem como estamos" (Eng. Cancela de Abreu).

Por conseguinte, a monarquia liberal, a república democrática, o socialismo, o regime de partidos são tudo regimes e ideias subversivas.

Não nos assustemos com o labéu de subversivos com que as forças anti-democráticas procuram arranjar uma justificação demagógica para os seus métodos terroristas hitlerianos de permanência no poder "contra a vontade persistente dum povo" que deseja ser governado por representantes seus, livremente eleitos.

Trabalhadores portugueses! Democratas portugueses! Cimentemos a nossa UNIDADE sem exclusões ideológicas, numa frente legal, ampla e robusta de todos os democratas.

Alarguemos a organização legal do MOVIMENTO NACIONAL DEMOCRÁTICO. Sabemos ser persistentes e teimosos e construir com o nosso sacrifício e a nossa consciência indomável a defesa da nossa legalidade para a consolidação das instituições democráticas, que foram cruelmente subvertidas em 28 de Maio de 1926.

VIVA PORTUGAL!
VIVA A DEMOCRACIA!

Comissão Executiva da
Comissão Inter-Profissões do Distrito de Lisboa do
MOVIMENTO NACIONAL DEMOCRÁTICO

MOVIMENTO NACIONAL DEMOCRÁTICO

FEMININO

25X1A

Setembro-1949

COMISSÃO CENTRAL

A MULHER REIVINDICA

Até aos fins do século passado a mulher nunca tomou um papel dominante na história da humanidade, exceptuando raros exemplos.

Com a revolução industrial que a partir dessa altura trouxe uma profunda modificação à vida social dos povos, a mulher, bem como todas as camadas da população foram chamadas a um papel activo consciente na vida das nações mercê do sistema de produção que passou a vigorar com o aparecimento do sistema industrial capitalista.

Enquanto o trabalho de produção foi um sistema servil, nas épocas em que não se tinha atingido a evolução técnica de hoje, só os homens muscularmente fortes é que podiam executar os trabalhos pesados de então. Actualmente mercê do progresso científico e técnico o homem soube por ao seu serviço as forças da natureza (a electricidade, a água, o vapor) de tal modo que hoje, inclusivé a mulher, e ela tão eficazmente como o homem, pode accionar máquinas que produzem e transformam as matérias primas.

Uma vez que deste modo a mulher como elemento produtor e consumidor se pode considerar equiparada ao homem, passou a ter consciência das suas necessidades e a reconhecer o direito de reivindicar para si as mesmas regalias políticas, económicas e sociais que são concedidas aos homens.

Mas, se em teoria, por desempenhar funções tão importantes como ele, merece ser tratada com igual justiça, na prática isso não se verifica e o seu trabalho é explorado baseando-se em argumentos inaceitáveis como é o da inferioridade da mulher.

Se ao produtor não interessa que uma lata de conservas, por exemplo, se ja comprada por um homem ou uma mulher (igualdade como consumidores do homem e da mulher), do mesmo modo na fábrica não lhe deve interessar que a lata de conservas seja feita por um homem ou uma mulher ambos capazes de a produzir. Na prática embora haja essa equivalência, o trabalho da mulher é sempre menos remunerado (razão da procura da mão de obra feminina) - Todas as mulheres trabalhadoras devem reivindicar, portanto, para igual trabalho igual salário.

Desempenhando a mulher um papel tão importante na vida social moderna, como profissional (enfermeira, médica, professora, operária, empregada de escritório, etc.), como mãe, dona de casa, (em contacto com as dificuldades económicas), como educadora dos filhos, etc., atingiu ela a altura de considerar-se com o direito de inúmeras reivindicações no plano social, porque dele tem inteira consciência e sabe que, só fazendo uso desse direito que lhe é negado poderá alcançar - melhores condições de vida-melhor nível cultural-lares higiênicos-creches e escolas para os seus filhos.

A mulher de hoje sente-se no direito de exigir sustento e instrução para os seus filhos - salários justos, etc.

Agrupadas, em conjunto, e não em reclamações isoladas, terão certamente melhor resultado os seus pedidos.

Unidas em torno do M.N.D.F. procuram justamente as mulheres democratas levar a cabo e alcançar vantagens nessas lutas reivindicativas; procuram elas estudar os problemas mais prementes e o melhor meio de alcançar a resolução para os mesmos.

Para esse fim devem as mulheres procurar agrupar-se em comissões, quer de classe, de empresa, de rua, de freguesia etc., podendo assim facilitar um trabalho de conjunto e levá-lo a bom termo pelas justas e autenticas razões que o determinam.

A crise de má governação. Depois da última guerra em que não tomámos parte, não graças a uma "diplomacia transcendente", como a propaganda salazarista nos tem querido fazer acreditar, mas mercê de várias conveniências externas, encontramos atingidos pela crise mais grave que Portugal tem atravessado desde a dominação espanhola.

Deveríamos estar florescentes e ricos em relação às nações envolvidas na última guerra, e se estamos em crise é porque o governo não soube aproveitar as condições especiais que Portugal gosou durante o conflito mundial.

As divisas e créditos que entraram no país, mesmo depois de descontados os correspondentes aos fornecimentos à Itália e Alemanha fascistas, que nos causaram enormes prejuízos, foram suficientes para trazer o enriquecimento do povo português, se com essa intenção tivessem sido empregados. Mas estas divisas e créditos não foram empregados no desenvolvimento da indústria na mecanização da agricultura, no desenvolvimento dos transportes, etc. Em vez de fornecer aos agricultores, em boas condições, maquinaria agrícola e adubos que lhe permitisse melhorar a produção e embaratecer os géneros, com o que lucraria também o povo consumidor, o governo seguiu a política de fornecer créditos com juros que asfixiam a lavoura e a arruinam cada vez mais. Não permitindo a aquisição por empresas particulares de barcos de transporte e petroleiros, dificultou o abastecimento de Portugal de produtos que havia nas nossas Colónias. Por falta de combustíveis indispensáveis aos transportes terrestres muitos produtos das províncias escassavam nas cidades onde eram vendidos só no "mercado negro".

Todas as donas de casa sabem das dificuldades que encontravam na aquisição de muitos géneros alimentícios, como açúcar, arroz, feijão, milho, carnes, etc., a pesar de as nossas colónias os produzirem em abundância, dificuldades que neste momento ainda persistem a pesar de terem passado quatro anos após o fim da guerra.

Repudiamos o argumento de que as nossas dificuldades são idênticas às dos outros países porque a crise é mundial. Por não termos entrado na guerra de víamos sentir menos os efeitos da crise e contudo a nossa situação é pior do que a de alguns países beligerantes.

A organização policial do Estado Novo estrangula todas as justas reclamações e por outro lado a organização Corporativa aniquila as pequenas economias fazendo recair todo o peso da crise sobre a classe média e trabalhadora.

O MOVIMENTO NACIONAL DEMOCRÁTICO E OS DIVISIONISTAS

Quando, em 1945, surgiu o MUD, o governo fascista que oprime a nação compreendeu imediatamente o significado e a importância dessa atitude política. Na realidade, a união de todos os adversários do actual regime, sem discordâncias partidárias numa luta desassombrada e firme pelas liberdades democráticas constituía uma força indomável e acabaria por triunfar de todas as violências e repressões.

A campanha eleitoral da candidatura do Sr. General Norton de Matos foi uma demonstração esmagadora dessa força. O País ergueu-se de Norte a Sul, com um entusiasmo apoteótico, proclamando a sua vontade de ser governado conforme os princípios democráticos que lhe garantam os seus direitos e a integridade nacional.

Foi então que, aproveitando todos os meios de desagregação e fomentando intrigas, os falsos democratas e outros de boa fé manobrados por elementos fascistas mal disfarçados, conseguiram dividir a Oposição em duas correntes:

- Uma, fiel à unidade que abrange todos os partidos;
- Outra, que impõe a divisão e a luta separada de cada grupo.

Esta divisão corresponde absolutamente aos intuitos do governo e equiva-

le a colaborar na Turça com que se pretende sofismar a existência legal duma Oposição política em Portugal.

Pelo contrário, o Movimento Nacional Democrático, defendendo o princípio da Unidade, é o legítimo continuador do MUD e da gloriosa campanha eleitoral de Janeiro último.

O Movimento Nacional Democrático é o lido representante do povo e dispõe-se a defender, inquebrantavelmente, a verdadeira democracia e a independência nacional.

A sua atitude é clara, coerente e justa. No seu programa não há mistificações nem transigências inconfessáveis.

Outrotanto não poderão afirmar aqueles que, apoiando-se num prestígio que lhes vem da confiança que neles depositaram as massas populares, atraíam essa confiança, preconizando a divisão das forças democráticas e tentando em não reconhecer que tal divisão só enfraquece a luta, servindo os manejos dos fascistas.

Que se não estabeleçam confusões desorientadoras e perigosas.

Os divisionistas desligando-se das massas, falseiam os princípios democráticos que dizem defender, agravando de forma inteiramente condenável as tremendas dificuldades da hora presente.

Só o movimento Nacional Democrático, que defende tenazmente a Unidade da Oposição, corresponde à vontade do povo, é garantia da lealdade democrática.

Por isso o movimento Nacional democrático continua a exigir as liberdades mínimas sem as quais não pode haver eleições honradas, e só com essas liberdades concorrerá às próximas eleições de deputados à Assembleia Nacional.

Foi a conquista dessas liberdades que impulsionou o MUD e que fez ressoar no país inteiro o grito:

"Queremos eleições livres!"

Essa conquista continua a ser, para o Movimento Nacional Democrático, o ponto de partida indispensável para o restabelecimento da democracia em Portugal.

O Movimento Nacional Democrático não é uma facção política nem exclui das suas fileiras quaisquer elementos oposicionistas, pertençam a que partido pertencerem e seja qual for a sua crença religiosa, porque se trata dum movimento de unidade, a escala nacional que interessa a todos os democratas sinceros.

QUERES QUE ESTE BOLETIM SAIA
REGULARMENTE?

CONTRIBUI PARA O

M. N. D. F.

Mais uma vez o fascismo, servindo-se dos seus meios actua para manter a todo o transe a politica de esmagamento que lhe é própria.

A atitude do Governo, impedindo as eleições para as novas Juntas de Freguesia é para nós, democratas, como muitas outras, mais uma confissão de fraqueza, pois sabe bem que não conta com o apoio do Povo Português.

Todos sabemos o que representava, em futuras eleições, um recenseamento honesto, e só as Juntas de Freguesia democráticas o realizarão.

Mas o governo de prepotência que nos governa sabe bem que o povo não está com ele e recusa-lhe assim o direito de livremente escolher.

As eleições para as Juntas de Freguesia foram-nos pela força arrebatadas. Elas seriam nossas!

Mas hoje como sempre continuamos lutando pela conquista das liberdades fundamentais.

Elas representam o primeiro passo para a conquista da Democracia.

Viva a Democracia!

Viva Portugal!

Viva o M.N.D.F.!

A repressão do Governo contra as mulheres democratas acentuou-se mais uma vez com a prisão dumã senhora de Olhão e dumã jóvem de Lisboa, Maria das Dores Cabrita. A acusação baseia-se no interesse que estas mulheres teriam demonstrado M.N.D. Feminino.

Ora como este movimento é inteiramente legal, visto que defende princípios expressos na Constituição politica de 1933 (teoricamente as eleições livres existem em Portugal,) estas prisões são inteiramente arbitrarias e representam mais uma prepotência contra a qual todas as mulheres democratas devem insurgir-se.

Unamo-nos para que a força proveniente dessa união nos defenda destes abusos da autoridade.

MULHERES DEMOCRATAS :

Uni-vos no

M.N.D.F

CPYRGHT

25X1A

MOVIMENTO NACIONAL DEMOCRÁTICO

No dia 18 de Setembro levantou ferro de Leixões o vapor de carga "Quionga,, levand-o a bordo com destino à **Colónia Penal do Tarrafal**, o cidadão portuense **Guilherme da Costa Carvalho**, jovem estudante muito conhecido nesta cidade, e figura de relevo nos meios democráticos da juventude progressiva.

O *Movimento Nacional Democrático*, fiel ao seu postulado de defesa e de reconquista dos *Direitos e Liberdades Fundamentais* de todo o Povo Português, não podia deixar passar mais esta afrontosa violência do chamado Estado Novo, pelo que ela revela de crueldade e de acintosa perseguição à Mocidade de Portugal, arrojando para o degredo do Tarrafal uma das suas figuras mais representativas.

Ao protesto do M. N. D. contra mais esta deportação sabemos desde já qual a explicação capciosa de que vão usar os serventuários do Governo que a ordenou, e para esconderem o seu ódio à Mocidade Democrática vão dizer que Guilherme de Carvalho era um perigoso e activo elemento comunista, cuja acção constituia um perigo para a segurança do Estado, o que, por tal motivo, foi preciso isolá-lo da sociedade!... Quão misero é o Estado Novo que, para continuar o seu domínio, precisa de afastar do convívio da família e da comunidade nacional, um jovem de 28 anos, no apogeu das suas faculdades intelectuais, cívicas e sociais, e portanto em condições de contribuir com o seu esforço para a restauração da sua e nossa Pátria, neste momento transformada num montão de ruínas económicas e morais, como consequência de 23 anos dum regime incompetente e reaccionário!

A nós, democratas, não interessa a qualidade política de Guilherme da Costa Carvalho, uma vez o Movimento Nacional Democrático constituir uma força de Oposição Legal indecomponível em correntes partidárias. O que interessa neste caso é pôr em relevo a sua qualidade de cidadão, com direito a pensar livremente e professar as ideias políticas que melhor se ajustassem à sua formação filosófica, à sua cultura, aos seus sentimentos, e aos imperativos da sua própria juventude, desde que com tal linha de conduta social não renegasse os laços familiares, nem a sua Pátria, nem envergonhasse o Povo a que pertence.

Guilherme da Costa Carvalho foi deportado para o Tarrafal, não por ter sido traidor à sua Pátria; não porque desonrasse o Povo Português; e menos ainda porque não fosse um amigo estremoso dos seus pais, que muito amava. Guilherme da Costa Carvalho só foi deportado por ser um intransigente adversário do Governo que domina a Nação há 23 anos, e que só pela força ocupa as cadeiras do Poder.

Ora ser contra um tal Governo não é atentar contra a Nação, porque esta é, ou deve ser, o conjunto harmónico dos interesses e sentimentos colectivos nacionais.

O Governo que ocupa o Poder não foi legitimado pelo voto livre de todo o Povo Português—visto a ausência em Portugal de **Eleições Livres** nos últimos 23 anos—em que os cidadãos houvessem delegado ou escolhido os seus governantes.

O Governo do Estado Novo não é um governo de expressão nacional, porque dele só fazem parte elementos ligados a determinados interesses ideológicos, e Guilherme da Costa Carvalho, não reconhecendo legitimidade desses interesses, combateu-os, não se servindo da bomba nem do punhal traiçoeiro, mas apenas antepondo as suas ideias e princípios aos do Estado Novo, porque são estes os métodos de luta adoptados nos regimes democráticos: *ideias contra ideias; princípios contra princípios.*

Mas, onde estão os princípios do Estado Novo?... O Estado Novo não tem princípios, só se lhe reconhecem fins, e estes encontram-se nas celas da sua polícia política e... no Tarrafal!!!

O protesto do M. N. D. contra a violência inútil que acaba de ser ordenada, aqui fica registado, e para terminar bem, fará suas as palavras da principal vítima deste drama, a veneranda *Senhora D. Herculana da Costa Carvalho*, estremosa Mãe de Guilherme de Carvalho que, em pleno cais de embarque, na frente do navio e rodeada de centenas de

peças que ali aconteceram, a despedir-se de seu filho, com palavras seguintes da sua mãe:

"Por que deportam o meu filho Guilherme? Por ser um defensor dos desprotegidos? Por querer para todos os portugueses uma Pátria Livre, e uma vida mais feliz? Por desejar que a cada cidadão da Terra Portuguesa seja garantido o direito a uma vida digna e a um Lar onde não haja falta de pão?..."

O meu filho possuía todas as condições materiais para gozar da sociedade os confortos que o dinheiro pode proporcionar, porque nada lhe faltava na sua casa, mas conhecendo a miséria e a tristeza em que se encontrava mergulhada a maior parte do Povo Português, abdicou dos seus confortos e meteu ombros à humanitária tarefa de ajudar a libertar o Povo da vida de privações a que se encontra subjugado, que para essa triste posição foi atraído por um regime policial que, longe de corresponder as reivindicações dos seus legítimos representantes, pelo contrário, prende-os, martiriza-os em longos e terríveis interrogatórios,— como o fizeram ao meu querido filho—e finalmente deporta-os para o Tarrafal!

O meu filho nunca deu o menor desgosto a seus pais, e era como o espelho da minha própria alma cristã, quando me dizia: Mãe, é bom dar esmolas aos pobres que batem à nossa porta, mas melhor seria se eles não precisassem da nossa caridade, mas isso só será possível quando no nosso País se instaurar a verdadeira Democracia, que reconhecerá a todos o direito ao pão como uma obrigação social, e não um favor da caridade!...

Senhores! *O meu filho vai deportado por defender estes princípios tão nobres, que todo o homem bom e generoso não pode deixar de professar...*

Assim falou a Senhora D. Herculana da Costa Carvalho, ao despedir-se de seu filho, à sua partida para o Tarrafal.

Exemplo admirável o desta Mãe portuguesa que, ao separarem-na de seu filho, soube traduzir a dor e o sentimento de todas as Mães e Esposas que, como ela, também já viram partir os seus filhos e maridos nas mesmas dramáticas condições em que agora partia o seu!

Aos pais de Guilherme da Costa Carvalho, as nossas respeitadas homenagens de solidariedade e a afirmação de que o Povo Português não se esquecerá dos lutadores que por ele se sacrificaram.

Os democratas continuarão a luta pela Libertação Nacional, e através dela virá o regresso de Guilherme da Costa Carvalho e de tantos outros que se encontram na sua situação, e então voltarão ao convívio dos seus, e ao seio da Pátria Redimida!

* * *

À partida de Guilherme de Carvalho associaram-se muitos amigos seus e de seus pais, e ainda que o facto fosse ignorado, mesmo assim ali compareceram centenas de democratas.

Quando o vapor levantou ferro e Guilherme de Carvalho surgiu no convés, os assistentes entoaram em cântico "A Portuguesa", e à medida que o barco se afastava e tomava rumo ao seu destino, sempre cantando e aos vivas à Liberdade e à República, os democratas foram marchando em massa ao longo da amurada do cais, seguindo o andamento do navio, só parando na sua extremidade, agitando os seus lenços brancos numa última manifestação de saudade e de carinho por aquele que partia mas... que há-de voltar!...

Quando o barco dobrou as pontas do molhe e se encobriu nos seus paredões, todos os democratas, emocionados, em passos pausados iniciaram a sua retirada, mas no seu espírito uma única ideia brilhava: A Luta pela Libertação da Pátria!

Comissão Distrital do Porto do

MOVIMENTO NACIONAL DEMOCRÁTICO